

País amplia opções de negociação

O Brasil vai ampliar o seu leque de alternativas para a negociação do estoque de dívida externa junto aos bancos credores privados, de US\$ 52 bilhões. Como o México e a Venezuela, o governo brasileiro vai incluir na sua proposta os mecanismos de redução da dívida previstos no Plano Brady, lançado em 1989 como alternativa para os países que não têm condições de pagar seus débitos externos. O Brasil vai insistir na emissão de bônus como forma de pagamento da dívida, embora aceite discutir os prazos que propôs inicialmente, de 15, 25 e 45 anos. Os credores que reivindicarem um prazo menor para o resgate estarão sujeitos a um deságio maior.

A viagem da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aos Estados Unidos, esta semana, serviu para armar o cenário do reinício das negociações com os bancos, tão logo o Brasil assine um acordo sobre o pagamento dos juros atrasados. Ao mesmo tempo, a equipe econômica retoma os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem o acordo com o

FMI, o governo não vai ter acesso às linhas de créditos especiais do próprio Fundo, do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para utilização do programa de redução da dívida, previsto no Plano Brady.

Opções

O governo brasileiro está interessado em três tipos de operações. O Brasil quer o dinheiro dos organismos multilaterais (BID, Bird e FMI) como garantia para as negociações com os bancos credores privados. Uma alternativa é o processo de colateralização, que se traduz na compra de Bônus do Tesouro Americano que avalizarão os títulos brasileiros. Nessa operação, o governo brasileiro lança seus títulos para resgate em prazos a serem negociados com os credores. Ao final desse prazo, o governo quita o valor do bônus. Caso o Brasil enfrente dificuldades financeiras incontornáveis, os Bônus do Tesouro Americano, comprados pelo Brasil com recursos dos organismos multilaterais, servirão de aval.

Outra proposta que o governo quer colocar na mesa é o lançamento de um bônus com a garan-

tia, por exemplo, do Banco Mundial, para cobrir a parcela referente aos juros dos títulos emitidos pelo Brasil. É um tipo de aval com prazo indeterminado, isto é, vai valer até que o Brasil pague todos os juros devidos aos bancos.

A terceira alternativa prevista no Plano Brady é a da recompra da dívida. Em vez de recorrer aos recursos dos organismos multilaterais para garantir a emissão de Bônus, o Brasil utilizaria esse dinheiro para comprar os títulos da sua dívida no mercado secundário.

A discussão dessa alternativa não deve ser entendida como uma mudança na estratégia de renegociação da dívida. "Continuamos na mesma linha", assegurou, ontem, o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida externa. Ele disse que a proposta inicial brasileira, de troca da dívida por bônus de 15, 25 e 45 anos, teve um caráter ilustrativo. Isso quer dizer que o Brasil aceita discutir propostas alternativas que venham a ser apresentadas pelos banqueiros internacionais, desde que sejam compatíveis com a capacidade de pagamento do País.